



EDITAL Nº 01/2025

DE PROCESSOS SELETIVOS

GABARITO APÓS RECURSOS

PROCESSO SELETIVO 01

ADVOGADO I

(Licitação, Contratos e Convênios)

01.	E	11.	D	21.	A	31.	D	41.	C
02.	B	12.	C	22.	C	32.	B	42.	D
03.	ANULADA	13.	C	23.	A	33.	D	43.	A
04.	C	14.	E	24.	D	34.	E	44.	B
05.	A	15.	E	25.	ANULADA	35.	B	45.	B
06.	D	16.	B	26.	ANULADA	36.	A	46.	E
07.	D	17.	A	27.	A	37.	A	47.	E
08.	C	18.	E	28.	C	38.	D	48.	A
09.	B	19.	D	29.	D	39.	A	49.	D
10.	B	20.	B	30.	B	40.	E	50.	B

CADERNO DE QUESTÕES



HOSPITAL DE
CLÍNICAS
PORTO ALEGRE RS

EDITAL Nº 01/2025

DE PROCESSOS SELETIVOS (PS)

Cargo de Nível Superior

PS 01 - ADVOGADO I

(Licitação, Contratos e Convênios)

MATÉRIA	QUESTÕES	PONTUAÇÃO
Conhecimentos Específicos	01 a 50	0,20 cada

ATENÇÃO

Transcreva no espaço apropriado da sua FOLHA DE RESPOSTAS (Folha Óptica), com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

Faça hoje o que vai te dar orgulho amanhã.

Nome do Candidato: _____

Inscrição nº: _____

DIREITOS AUTORAIS RESERVADOS. PROIBIDA A REPRODUÇÃO, AINDA QUE PARCIAL, SEM A PRÉVIA AUTORIZAÇÃO DA FAURGS E DO HCPA.



INSTRUÇÕES



- 1 Verifique se este CADERNO DE QUESTÕES corresponde ao Processo Seletivo para o qual você está inscrito. Caso não corresponda, solicite ao Fiscal da sala que o substitua.
- 2 Esta PROVA consta de **50** (cinquenta) questões objetivas.
- 3 Caso o CADERNO DE QUESTÕES esteja incompleto ou apresente qualquer defeito, solicite ao Fiscal da sala que o substitua.
- 4 Para cada questão objetiva, existe apenas **uma** (1) alternativa correta, a qual deverá ser assinalada na FOLHA DE RESPOSTAS.
- 5 O candidato que comparecer para realizar a prova **não deverá, sob pena de ser excluído do certame, portar relógios**, armas, malas, livros, máquinas calculadoras, fones de ouvido, gravadores, *paggers*, *notebooks*, **telefones celulares**, *pen drives* ou quaisquer outros tipos de aparelhos eletrônicos, nem utilizar véus, bonés, chapéus, gorros, mantas, lenços, aparelhos/próteses auditivas, óculos escuros, ou qualquer outro adereço que lhes cubra a cabeça, o pescoço, os olhos, os ouvidos ou parte do rosto, **exceto em situações autorizadas pela Comissão do Concurso e/ou em situações determinadas em lei.** (conforme subitem 7.10 do Edital de Abertura)
- 6 **É de inteira responsabilidade do candidato comparecer ao local de prova munido de caneta esferográfica, preferencialmente de tinta azul, de escrita grossa, para a adequada realização de sua Prova Escrita. Não será permitido o uso de lápis, marca-textos, réguas, lapiseiras/grafites e/ou borrachas durante a realização da prova.** (conforme subitem 7.15.2 do Edital de Abertura)
- 7 Não será permitida nenhuma espécie de consulta em livros, códigos, revistas, folhetos ou anotações, nem o uso de instrumentos de cálculo ou outros instrumentos eletrônicos, exceto nos casos em que forem pré-estabelecidos no item 13 do Edital. (conforme subitem 7.15.3 do Edital de Abertura)
- 8 Preencha com cuidado a FOLHA DE RESPOSTAS, evitando rasuras. Eventuais marcas feitas nessa FOLHA a partir do número **51** serão desconsideradas.
- 9 Ao terminar a prova, entregue a FOLHA DE RESPOSTAS ao Fiscal da sala.
- 10 A duração da prova é de **três horas e trinta minutos (3h30min)**, já incluído o tempo destinado ao preenchimento da FOLHA DE RESPOSTAS. Ao final desse prazo, a FOLHA DE RESPOSTAS será **imediatamente** recolhida.
- 11 **O candidato somente poderá se retirar da sala de prova uma hora (1h) após o seu início. Se quiser levar o Caderno de Questões da Prova Escrita, o candidato somente poderá se retirar da sala de prova uma hora e meia (1h30min) após o início. O candidato não poderá anotar/copiar o gabarito de suas respostas de prova.**
- 12 **Após concluir a prova e se retirar da sala, o candidato somente poderá utilizar os sanitários nas dependências do local de prova se for autorizado pela Coordenação do Prédio e se estiver acompanhado de um fiscal.** (conforme subitem 7.15.6 do Edital de Abertura)
- 13 Ao concluir a Prova Escrita, o candidato deverá devolver ao fiscal da sala a Folha de Respostas (Folha Óptica). Se assim não proceder, será excluído do Processo Seletivo. (conforme subitem 7.15.8 do Edital de Abertura)
- 14 A desobediência a qualquer uma das recomendações constantes nas presentes instruções poderá implicar a anulação da prova do candidato.

01. Assinale a alternativa correta sobre a estrutura e organização da administração pública.

- (A) A administração pública, em sentido objetivo, engloba todas as pessoas jurídicas e seus respectivos órgãos que executam atividades administrativas.
- (B) A administração pública direta é composta por entidades administrativas, criadas por descentralização legal e vinculadas ao respectivo ente federado.
- (C) As pessoas jurídicas de direito público são instituídas diretamente pela lei, enquanto as pessoas jurídicas de direito privado são criadas diretamente pelo registro dos respectivos atos constitutivos, como se exige para as pessoas jurídicas privadas em geral, independentemente de autorização legal.
- (D) O princípio do controle significa que as entidades administrativas, em respeito à sua autonomia, encontram-se desvinculadas do ente federativo respectivo.
- (E) Não se deve confundir a vinculação (controle ou tutela) entre as entidades administrativas e o ente estatal com a subordinação (hierarquia), pois a subordinação (hierarquia) existe apenas entre órgãos de uma mesma pessoa jurídica.

02. Assinale a alternativa correta sobre princípios básicos da administração pública.

- (A) Segundo precedente do Supremo Tribunal Federal, o princípio da participação não constitui fundamento para impugnar a eliminação por decreto da presença de representantes da sociedade civil na composição de órgão do Poder Executivo.
- (B) O princípio da consensualidade substitui o modelo agressivo da atuação unilateral da administração por mecanismos consensuais de satisfação do interesse público e por canais participatórios que servem para a solução negociada dos conflitos de interesses.
- (C) A aplicação do princípio constitucional da eficiência administrativa como justificativa para a extinção de execução fiscal de baixo valor pela ausência de interesse de agir é considerada ilegítima pelo Supremo Tribunal Federal.
- (D) O princípio da proteção da confiança relaciona-se com o aspecto objetivo do princípio da segurança jurídica.
- (E) A caracterização da confiança legítima independe da boa-fé do particular que acreditou nas expectativas geradas pela atuação estatal.

03. Assinale a alternativa correta à luz da Lei nº 8.987/1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos.

- (A) O poder concedente pode intervir na concessão com o fim de fiscalizar a adequação na prestação do serviço, bem como o eventual descumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes.
- (B) A intervenção se concretiza mediante despacho do poder concedente, contendo os critérios para a designação do interventor, o prazo da intervenção e os objetivos e os limites da medida.
- (C) Declarada a intervenção, faculta-se ao poder concedente instaurar, no prazo de cento e oitenta dias, procedimento administrativo para comprovar as causas determinantes da medida.
- (D) Se ficar comprovado que a intervenção não observou os pressupostos legais e regulamentares, será declarada sua nulidade, devendo o serviço ser imediatamente devolvido à concessionária, sem prejuízo de seu direito à indenização.
- (E) Cessada a intervenção, se não for extinta a concessão, a administração do serviço não pode ser devolvida à concessionária, devendo ser realizada nova licitação.

04. Assinale a alternativa correta sobre as regras da Lei nº 13.303/2016 para licitações em empresas públicas e sociedades de economia mista.

- (A) Nas empresas públicas e nas sociedades de economia mista, os contratos destinados à prestação de serviços de publicidade não estão sujeitos às regras licitatórias.
- (B) É indispensável a realização de licitação por empresas públicas e sociedades de economia mista quando não acudirem interessados à licitação anterior.
- (C) Admite-se contratação direta quando houver inviabilidade de competição para a aquisição de materiais que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo.
- (D) Em qualquer dos casos de dispensa, se apontado pelo órgão de controle externo superfaturamento, respondem diretamente pelo dano causado quem houver concorrido para a contratação direta e, subsidiariamente, o fornecedor ou o prestador de serviços.
- (E) As empresas públicas e as sociedades de economia mista não podem ser dispensadas da observância das regras licitatórias nos casos em que a escolha do parceiro esteja associada a suas características particulares, vinculada a oportunidades de negócio definidas e específicas.

05. Assinale a alternativa correta à luz da Lei nº 12.486/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública.

- (A) A responsabilização da pessoa jurídica não exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito.
- (B) É vedada a instauração de ofício de processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica.
- (C) O processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica deve ser conduzido por comissão designada pela autoridade instauradora composta por, no máximo, 2 (dois) servidores estáveis ou comissionados.
- (D) A celebração do acordo de leniência não interrompe o prazo prescricional dos atos ilícitos previstos na Lei nº 12.486/2013.
- (E) O acordo de leniência exime a pessoa jurídica da obrigação de reparar integralmente o dano causado.

06. Assinale a alternativa correta sobre improbidade administrativa à luz da Lei nº 8.429/1992, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021 e jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

- (A) É desnecessária a comprovação de responsabilidade subjetiva para a tipificação dos atos de improbidade administrativa.
- (B) A revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa aplica-se retroativamente por se tratar de norma benéfica.
- (C) A revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa incide em relação à eficácia da coisa julgada, bem como durante o processo de execução das penas e seus incidentes.
- (D) A nova Lei nº 14.230/2021 aplica-se aos atos de improbidade administrativa culposos praticados na vigência do texto anterior da lei, porém sem condenação transitada em julgado, em virtude da revogação expressa do texto anterior, devendo o juízo competente analisar eventual dolo por parte do agente.
- (E) O novo regime prescricional previsto na Lei nº 14.230/2021 é aplicável retroativamente aos fatos anteriores à respectiva publicação.

07. Assinale a alternativa correta sobre a Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal.

- (A) Os atos do processo administrativo dependem de forma determinada, salvo quando a lei expressamente a dispensar.
- (B) Concluída a instrução de processo administrativo, a administração tem o prazo de até quinze dias para decidir, vedada a prorrogação por igual período, ainda que expressamente motivada.
- (C) A administração deve revogar seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode anulá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.
- (D) O recurso administrativo tramita no máximo por três instâncias administrativas, salvo disposição legal diversa.
- (E) Salvo previsão legal em sentido contrário, a interposição de recurso administrativo depende de caução.

08. Assinale a alternativa correta à luz da Lei nº 14.133/2021.

- (A) Agente de contratação é a pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores comissionados, para executar quaisquer atividades necessárias ao bom andamento do certame até a celebração do contrato.
- (B) O autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo pode disputar licitação ou participar da execução de contrato mesmo quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.
- (C) No processo licitatório, o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo.
- (D) O princípio da segregação de funções coaduna-se com a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em mais de uma função sujeita a risco.
- (E) É vedada a utilização do sistema de registro de preços nas hipóteses de inexigibilidade e de dispensa de licitação para a aquisição de bens ou para a contratação de serviços.

09. Assinale a alternativa correta sobre controle da administração pública.

- (A) O controle jurisdicional é exercido pelo Poder Judiciário, por intermédio do Tribunal de Contas, que o integra.
- (B) O Poder Judiciário pode invalidar os atos ilegais da administração, mas não pode revogá-los por razões de conveniência e oportunidade.
- (C) A discricionariedade administrativa é imune ao controle judicial, inclusive em relação a atos que impliquem restrições a direitos dos administrados.
- (D) Em relação ao controle judicial dos atos administrativos, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça não admite a aplicação da teoria dos motivos determinantes.
- (E) Uma vez submetida a decisão administrativa ao Poder Judiciário, cabe a este, com fundamento no princípio da eficiência administrativa, corrigi-la desde logo em seus aspectos discricionários.

10. Assinale a alternativa correta sobre poder de polícia no direito administrativo.

- (A) É inconstitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da administração pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial.
- (B) Para o Supremo Tribunal Federal, a Constituição não veda a delegação do poder de polícia administrativa a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da administração pública indireta prestadoras de serviço público.
- (C) Estatais prestadoras de serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial não podem atuar na companhia do atributo da coercibilidade inerente ao exercício do poder de polícia, mormente diante da atração do regime fazendário.
- (D) O exercício de atividade de polícia administrativa em estatais prestadoras de serviço público em regime de monopólio é incompatível com a aplicação do regime celetista.
- (E) Segundo precedente do Superior Tribunal de Justiça, a administração pública carece de interesse de agir para tutelar em juízo atos em que ela poderia atuar com base em seu poder de polícia.

11. Assinale a alternativa correta sobre atos administrativos.

- (A) O ato administrativo é a manifestação bilateral de vontade da administração pública destinada à produção de efeitos jurídicos.
- (B) Cabe ao Poder Judiciário expedir ato administrativo, substituindo-se à administração omissa, com fundamento no princípio da eficiência administrativa.
- (C) Avocação é remessa, pelo agente subordinado, das atribuições inicialmente outorgadas pela lei à autoridade superior.
- (D) No direito administrativo, vigora o princípio da solenidade das formas, exigindo-se do agente público a edição de atos estritos e o atendimento das formalidades legais.
- (E) O princípio da simetria das formas não se aplica em casos de alteração ou revogação de ato administrativo por razões de conveniência e oportunidade.

12. Assinale a alternativa correta sobre contratos administrativos à luz da Lei nº 14.133/2021.

- (A) A matriz de alocação de riscos define o equilíbrio econômico-financeiro final do contrato em relação a eventos supervenientes.
- (B) É vedada a contratação de terceiros para assistir e subsidiar os fiscais dos contratos com informações pertinentes a essa atribuição.
- (C) Os preços contratados podem ser alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.
- (D) O contratado terá direito à extinção do contrato na hipótese de suspensão de execução do contrato por prazo superior a 45 dias.
- (E) A extinção do contrato pode ser determinada por ato unilateral e escrito da administração no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta.

13. Analise as assertivas abaixo, relacionadas à República Federativa do Brasil e aos seus Princípios Fundamentais, previstos no Título I da Constituição Federal de 1988.

- I - Constituem objetivos fundamentais garantir o desenvolvimento nacional, reduzir as desigualdades sociais e regionais e erradicar a pobreza e a marginalização.
- II - Constituem fundamentos a dignidade da pessoa humana, o pluralismo político e a independência nacional.
- III- Constituem princípios, nas suas relações internacionais, a solução pacífica dos conflitos, o repúdio ao terrorismo e ao racismo e a prevalência dos direitos humanos.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas II.
- (B) Apenas I e II.
- (C) Apenas I e III.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II e III.

14. Analise as assertivas abaixo, sobre os Direitos e Garantias Fundamentais assegurados na Constituição Federal de 1988.

- I - Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por dois terços dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- II - Conceder-se-á *habeas data* para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
- III- Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas II.
- (B) Apenas I e II.
- (C) Apenas I e III.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II e III.

15. Analise as assertivas abaixo, acerca da Organização do Estado, à luz da Constituição Federal de 1988.

- I - É assegurada, nos termos da lei, à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, a participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração.
- II - A eleição do Governador e do Vice-Governador de Estado, para mandato de 4 (quatro) anos, realizar-se-á no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato de seus antecessores, e a posse ocorrerá em 6 de janeiro do ano subsequente.
- III- Ressalvados os casos especificados na legislação, obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas II.
- (B) Apenas I e II.
- (C) Apenas I e III.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II e III.

16. Analise as assertivas abaixo, atinentes à Organização dos Poderes, segundo os ensinamentos da Constituição Federal de 1988.

- I - A Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.
- II - Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim, excetuados, relativamente à expedição de precatórios, os pagamentos de obrigações definidas em leis como de pequeno valor que as Fazendas referidas devam fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
- III- As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, sempre em conjunto, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas II.
- (B) Apenas I e II.
- (C) Apenas I e III.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II e III.

17. A Constituição Federal de 1988 contém diversos regramentos que versam sobre o Controle da Constitucionalidade de lei ou de ato normativo. Assinale a alternativa correta quanto ao tema.

- (A) Compete privativamente ao Senado Federal suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.
- (B) Somente pelo voto de dois terços de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.
- (C) São legitimados para propor a ação direta de inconstitucionalidade a Mesa da Câmara dos Deputados, o Advogado-Geral da União e partido político com representação no Congresso Nacional.
- (D) As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações declaratórias de constitucionalidade, produzirão efeito vinculante restrito à administração pública do ente federado que editou o ato normativo impugnado.
- (E) Quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, o Procurador-Geral da República, que defenderá o ato ou texto impugnado.

18. Referentemente às normas da Constituição Federal de 1988 a respeito da Ordem Econômica e Financeira, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre-iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados, dentre outros, os princípios da função social da propriedade, da defesa do consumidor e da busca do pleno emprego.
- (B) a lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços. As empresas públicas e as sociedades de economia mista não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.
- (C) a prestação de serviços públicos incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação.
- (D) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico.
- (E) a propriedade produtiva será suscetível de desapropriação para fins de reforma agrária, desde que seu proprietário possua outra.

19. De acordo com os preceitos que regem a Seguridade Social na Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que

- (A) o caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão tripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores e do Governo nos órgãos colegiados, é um dos objetivos que baseiam a organização da seguridade social.
- (B) a seguridade social será financiada mediante recursos provenientes de receita de concursos de prognósticos e de contribuições sociais do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, vedada a adoção de alíquotas progressivas, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo Regime Geral de Previdência Social.
- (C) é permitida, nos termos da lei, a filiação ao Regime Geral de Previdência Social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.
- (D) as ações e os serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as diretrizes de descentralização, atendimento integral e participação da comunidade.
- (E) serão instituídos, por lei federal, pisos salariais profissionais nacionais para o enfermeiro, o técnico de enfermagem, o auxiliar de enfermagem e a parteira, a serem observados por pessoas jurídicas de direito público e de direito privado. Compete à União prestar assistência financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às entidades filantrópicas, bem como aos prestadores de serviços contratualizados que atendam, no mínimo, 70% (setenta por cento) de seus pacientes pelo Sistema Único de Saúde, para o cumprimento dos pisos salariais.

20. No que concerne às estipulações da Constituição Federal de 1988 quanto à Ordem Social, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.
- (B) a União aplicará, anualmente, nunca menos de vinte, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.
- (C) constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.
- (D) o Estado apoiará a formação de recursos humanos nas áreas de ciência, pesquisa, tecnologia e inovação, inclusive por meio do apoio às atividades de extensão tecnológica, e concederá aos que delas se ocupem meios e condições especiais de trabalho.
- (E) todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

21. Considerando as disposições da Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que

- (A) somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.
- (B) é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, mesmo quando houver compatibilidade de horários. A proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.
- (C) a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal. Tal disposição aplica-se às empresas públicas e às sociedades de economia mista e suas subsidiárias, ainda que não recebam recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral.
- (D) aos juízes federais compete processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, inclusive as de falência, excetuadas as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho.
- (E) os empregados dos consórcios públicos, das empresas públicas, das sociedades de economia mista e das suas subsidiárias serão aposentados compulsoriamente, observado o cumprimento do tempo mínimo de contribuição, ao atingir a idade máxima de 75 (setenta e cinco) anos, com direito à percepção de remuneração integral.

22. Considerando as disposições da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul de 1989, é **INCORRETO** afirmar

- (A) que cabe à administração pública, na forma da lei, gerenciar a documentação governamental, desenvolver plataformas digitais e adotar as providências para franquear sua consulta a quem dela necessite, bem como realizar os procedimentos administrativos com ampla transparência.
- (B) que as empresas sob controle do Estado e as fundações por ele instituídas terão, na respectiva diretoria, no mínimo, um representante dos empregados, eleito diretamente por estes.
- (C) que, no caso da Sociedade de Economia Mista Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., a alienação ou transferência do seu controle acionário, bem como a sua extinção, fusão, incorporação ou cisão, dependerá de consulta popular, sob a forma de plebiscito.
- (D) que a lei assegurará aos servidores públicos estaduais, após cada quinquênio de efetivo exercício, o direito ao afastamento, por meio de licença, para participar de curso de capacitação profissional que guarde pertinência com seu cargo ou função, com a respectiva remuneração, sem prejuízo de sua situação funcional, por até 3 (três) meses, não acumuláveis.
- (E) que os servidores públicos vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Rio Grande do Sul – RPPS/RS – serão aposentados aos 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, e aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, observados o tempo de contribuição e os demais requisitos estabelecidos em lei complementar.

23. Qual o melhor significado para a descrição do fenômeno método “por” adesão e assimetria, conforme referido por Claudia Lima Marques em sua obra *Contratos no Código de Defesa do Consumidor*?

- (A) Esse método pereniza a assimetria de forças da fase antes chamada de “negociação” e impede uma verdadeira comunicação entre os futuros parceiros. Essa forte unilateralidade, tanto nas práticas comerciais pré-contratuais e no marketing unilateral quanto na autonomia de estipular por si – ou em conjunto – o conteúdo do contrato, pereniza essa assimetria de forças entre os dois contratantes da fase de contratação para todo o contrato, pela própria simples “adesão”.
- (B) O método “por” adesão é uma técnica que reduz a assimetria de forças entre os contratantes, pois possibilita ao consumidor a ampla revisão das cláusulas contratuais e uma comunicação direta com o fornecedor antes da celebração do contrato. O contrato de adesão é oferecido ao público em um modelo uniforme, geralmente padronizado, e tem seu início na forma verbalizada para a possibilidade de revisão das cláusulas contratuais.
- (C) A estrutura contratual baseada no método “por” adesão garante a simetria entre os contratantes, já que o consumidor tem o direito de modificar ou negociar qualquer cláusula do contrato antes de sua assinatura, fortalecendo a igualdade entre as partes. Isso ressalta a importância da parte de negociação contratual ainda na sua fase verbalizada (pré-contratual).
- (D) A adesão contratual, nesse método, apenas agiliza o processo de contratação, não interferindo na relação de forças entre as partes, pois o consumidor mantém sua autonomia para discutir e alterar qualquer disposição contratual antes de aceitá-lo.
- (E) O método “por” adesão assegura maior proteção ao consumidor, pois elimina a assimetria de forças e garante que todas as cláusulas contratuais sejam previamente negociadas entre as partes, promovendo equilíbrio e transparência na relação consumerista.

24. Caio realizou a compra de um telefone celular por meio de uma loja virtual nacional. No entanto, ao receber o produto, constatou que este apresentava um defeito de fabricação. Diante dessa situação e com base no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), assinale a alternativa correta.

- (A) Caio tem o prazo de 30 dias para reclamar do defeito junto ao fornecedor, caso o vício seja aparente ou de fácil constatação.
- (B) Caio deve arcar com os custos de envio do produto para a assistência técnica, pois a responsabilidade do fornecedor termina com a entrega do bem.
- (C) Caio não tem direito à devolução do dinheiro, devendo aceitar exclusivamente o conserto do produto defeituoso pelo fabricante.
- (D) O fornecedor tem um prazo de até 30 dias para resolver o problema, e, caso não o faça, Caio poderá exigir a substituição do produto, o abatimento proporcional do preço ou a restituição do valor pago.
- (E) Como a compra foi realizada pela internet, Caio tem um prazo de 7 dias úteis para se arrepender da compra e devolver o produto, independentemente de defeito, sem qualquer custo adicional.

25. De acordo com o artigo 1.489 do Código Civil, a lei confere hipoteca legal em determinadas situações específicas. Entre as alternativas abaixo, assinale aquela que **NÃO** se caracteriza como um caso de hipoteca legal.

- (A) Do co-herdeiro, para garantia do seu quinhão ou torna da partilha, sobre o imóvel adjudicado ao herdeiro reponente.
- (B) Dos credores sobre os bens do devedor em contratos de compra e venda de imóveis financiados.
- (C) Do ofendido, ou aos seus herdeiros, sobre os imóveis do delinquente, para satisfação do dano causado pelo delito e pagamento das despesas judiciais.
- (D) Das pessoas de direito público interno sobre os imóveis pertencentes aos encarregados da cobrança, guarda ou administração dos respectivos fundos e rendas.
- (E) Do credor sobre o imóvel arrematado, para garantia do pagamento do restante do preço da arrematação.

26. De acordo com o artigo 497 do Código Civil, algumas situações específicas não configuram hipótese válida de cessão de crédito, sob pena de nulidade. Dentre as alternativas abaixo, assinale aquela que **NÃO** se caracteriza como hipótese de cessão de crédito válida.

- (A) Um servidor público adquire, por meio de cessão de crédito, um direito pertencente à pessoa jurídica a que serve.
- (B) Um credor transfere a um terceiro o direito de receber um crédito de dívida já vencida.
- (C) Um empresário vende a outro empresário um título de crédito, por meio de endosso.
- (D) Um banco cede a outra instituição financeira um conjunto de contratos de financiamento imobiliário.
- (E) Um investidor adquire de uma empresa credora um crédito judicial já reconhecido em sentença transitada em julgado.

27. Caio celebrou um contrato de compra e venda com Abel. No entanto, o bem a ser vendido por Caio ainda está sujeito à tramitação do inventário de seu pai falecido. Diante disso, as partes firmaram um contrato de compra e venda de bem presente ou futuro, mas há um impasse quanto à fixação do preço. Sobre a determinação do preço, assinale a afirmativa correta.

- (A) A incumbência de fixação do preço pode ser deixada ao arbítrio de terceiro, que os contratantes logo designarem ou prometerem designar. Se o terceiro não aceitar a incumbência, ficará sem efeito o contrato, salvo quando acordarem os contratantes designar outra pessoa.
- (B) Não é possível deixar a fixação do preço atrelada à taxa de mercado ou de bolsa em determinado dia e lugar, pois as variações podem gerar um prejuízo excessivo para uma das partes.
- (C) É ilícito às partes do negócio jurídico de compra e venda fixar o preço com base em índices ou parâmetros, desde que sejam suscetíveis de determinação objetiva.
- (D) Caso as partes convencionem a venda sem fixação de preço ou critérios para sua determinação, e na ausência de tabelamento oficial, entende-se que se sujeitaram ao preço corrente nas compras habituais realizadas pelo comprador.
- (E) Mesmo sendo muitas vezes desvantajoso, é válido o contrato de compra e venda que deixa ao arbítrio exclusivo de uma das partes a fixação do preço.

28. Carlos, fabricante de bolsas artesanais, entrega 200 unidades do seu produto para Mariana, proprietária de uma loja de acessórios, com o compromisso de que ela poderá vendê-las pelo preço estipulado entre as partes. Mariana se compromete a pagar por cada bolsa que vender e tem a opção de devolver as não comercializadas dentro do prazo de 90 dias, sem qualquer obrigação de pagamento por elas. Nesse caso, qual é a denominação técnica para o tipo de contrato aqui descrito?

- (A) Contrato de compra e venda.
- (B) Contrato de comissão.
- (C) Contrato estimatório.
- (D) Contrato de permuta.
- (E) Contrato de mandato.

29. Caio, em um gesto de generosidade, doou um imóvel para Maria. No entanto, algum tempo depois, Maria passou a agir de maneira desrespeitosa com ele. Dentre suas condutas, praticou uma das hipóteses legais de ingratidão previstas no Código Civil, tornando possível a revogação da doação.

Diante disso, assinale a alternativa que **NÃO** se caracteriza como hipótese de revogação da doação por ingratidão do donatário.

- (A) Maria, intencionalmente, recusou-se a fornecer alimentos a Caio, mesmo tendo plenas condições financeiras para isso.
- (B) Maria caluniou gravemente Caio, imputando-lhe falsamente um crime.
- (C) Maria injuriou gravemente Caio, com ofensas à sua honra objetiva associadas à sua honestidade e à sua opção sexual.
- (D) Maria vendeu o imóvel que recebeu de Caio sem consultá-lo, utilizando o valor para benefício próprio.
- (E) Maria agrediu fisicamente Caio, causando-lhe ferimentos leves.

30. Caio contratou Paulo, um empreiteiro, para construir uma garagem em sua residência. O contrato previa que Paulo seria responsável apenas pela mão de obra, enquanto Caio forneceria todos os materiais necessários para a construção. Durante a execução do serviço, uma forte tempestade (*El Niño*) causou o desmoronamento da estrutura, destruindo parte do que já havia sido construído. Caio questionou Paulo sobre a responsabilidade pelos danos, alegando que o empreiteiro deveria arcar com o prejuízo e refazer a obra sem custos adicionais.

Com base nas regras do contrato de empreitada previstas no Código Civil, quem deve arcar com os prejuízos decorrentes da destruição da obra devido à tempestade?

- (A) Paulo, pois a empreitada envolve um compromisso com a entrega da obra, independentemente da ocorrência de eventos naturais.
- (B) Caio, pois, como dono da obra, assume os riscos quando o empreiteiro fornece apenas a mão de obra e não há culpa dele na destruição.
- (C) Ambos devem dividir os prejuízos igualmente, pois a tempestade é um evento de força maior e ambos têm interesse na conclusão da obra.
- (D) Paulo, pois, ao assumir a execução da obra, também responde por qualquer dano ocorrido até a entrega, salvo disposição expressa em contrato.
- (E) Nenhum dos dois, pois eventos naturais extraordinários eximem ambas as partes de qualquer responsabilidade contratual, e assim à empreitada deve ser dado início novamente, e Caio tem o direito de abater os valores já pagos para Paulo.

31. Carlos e Ana decidiram formalizar a doação de um imóvel para sua filha, Júlia, e para isso compareceram ao cartório para a lavratura da escritura pública. Ocorre que Ana não pode assinar por ser analfabeta. Assim, com base nas exigências legais para a escritura pública, assinale a alternativa **INCORRETA** sobre os requisitos obrigatórios desse ato.

- (A) A escritura pública deve conter a data e o local de sua realização, bem como a identificação das partes envolvidas no ato.
- (B) Caso Ana não possa assinar, outra pessoa capaz poderá fazê-lo a seu rogo.
- (C) A manifestação clara da vontade das partes e intervenientes deve constar da escritura pública.
- (D) A escritura pública pode ser lavrada sem a leitura do documento pelas partes quando são pessoas que atestam terem formação acadêmica e capazes, e nessa hipótese o tabelião deve assegurar que o conteúdo está correto, sendo assim dispensada a leitura.
- (E) A assinatura das partes, dos demais comparecentes e do tabelião é um requisito essencial para a validade da escritura pública.

32. João tinha um crédito a receber de Pedro, mas deixou passar um longo período sem tomar qualquer providência. Faltando poucos meses para o prazo prescricional, João ingressou com uma ação judicial para cobrar a dívida. O juiz, ao analisar o pedido, determinou a citação de Pedro, mas João demorou a promover a diligência, e o prazo acabou expirando. Diante das normas que tratam da interrupção da prescrição, assinale a alternativa correta.

- (A) A citação judicial sempre interrompe a prescrição, independentemente de João promover a diligência no prazo.
- (B) A prescrição poderia ter sido interrompida se João tivesse realizado um protesto cambial contra Pedro.
- (C) A apresentação do título de crédito no inventário de Pedro não teria qualquer efeito sobre a prescrição.
- (D) A prescrição interrompida por um credor sempre aproveita aos demais, independentemente do tipo de obrigação.
- (E) Se Pedro reconhecesse a dívida por meio de um ato inequívoco, ainda que extrajudicial, a prescrição não seria interrompida.

33. De acordo com o Código Civil Brasileiro, assinale a alternativa que indica a pessoa que **NÃO** tem o dever de indenizar danos causados a terceiros.

- (A) O empregador, por atos culposos praticados por seus empregados no exercício do trabalho que lhes competir.
- (B) O pai, pelos atos praticados por seus filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia.
- (C) O proprietário de um animal, pelos danos que este causar, ainda que sem culpa sua.
- (D) O terceiro que, de boa-fé, adquire coisa furtada de alguém que aparentava ser seu legítimo dono.
- (E) O dono de um prédio que ruir por falta de reparos necessários, causando danos a terceiros.

34. O magistrado da comarca de Porto Alegre foi designado para julgar um processo de responsabilidade civil decorrente de quebra de negócio jurídico, porém uma das partes alegou que ele estaria impedido de atuar, com base no artigo 144 do Código de Processo Civil. Considerando as hipóteses legais de impedimento, assinale a alternativa que **NÃO** configura hipótese de impedimento do juiz.

- (A) Quando o juiz tiver atuado como advogado de uma das partes no processo antes de assumir a magistratura.
- (B) Quando o juiz já tiver proferido decisão no mesmo caso em grau de recurso ou revisão.
- (C) Quando o juiz for sócio ou membro da administração de uma pessoa jurídica que seja parte no processo.
- (D) Quando o juiz tiver promovido uma ação judicial contra o advogado de uma das partes.
- (E) Quando o juiz tiver amizade íntima com o advogado de uma das partes.

35. Durante uma audiência de instrução e julgamento, ambas as partes e seus procuradores estão presentes. No início da sessão, o advogado da parte autora solicita a palavra por questão de ordem e informa que, momentos antes da solenidade, anexou atas de audiências de outros processos contra a mesma parte adversa, alegando que nelas há confissões dos prepostos da parte contrária. Diante dessa situação, qual deve ser a conduta processual correta a ser adotada pelo magistrado?

- (A) Adiar imediatamente a audiência, uma vez que a conduta do advogado do autor afronta a boa-fé objetiva e a lealdade processual.
- (B) O juiz poderá admitir a utilização de prova produzida em outro processo, atribuindo-lhe o valor que considerar adequado, observado o contraditório.
- (C) Independentemente do volume de atas de audiências apresentadas pelo procurador da parte autora, o magistrado deve abrir prazo de 10 minutos para que o procurador da parte adversa se manifeste sobre os documentos juntados, sob pena de preclusão.
- (D) O juiz deve excluir imediatamente os documentos juntados, uma vez que não se trata de documentos novos.
- (E) O juiz deverá admitir os documentos juntados de imediato, sendo desnecessário observar o contraditório à parte adversa por serem fatos confessos e, assim, incontroversos.

36. Sobre a ação monitória, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) A ação monitória pode ser proposta por aquele que afirmar, com base em prova escrita – ou exclusivamente oral, desde que irrefutável –, ter título executivo e assim ter direito de exigir do devedor o cumprimento da sua obrigação.
- (B) Na petição inicial, incumbe ao autor explicitar, conforme o caso, a importância devida, instruindo-lhe, com memória de cálculo, o valor atual da coisa reclamada e o conteúdo patrimonial em discussão ou o proveito econômico perseguido.
- (C) Havendo dúvida quanto à idoneidade de prova documental apresentada pelo autor, o juiz intimá-lo-á para, querendo, emendar a petição inicial, adaptando-a ao procedimento comum.
- (D) É admissível ação monitória em face da Fazenda Pública.
- (E) Na ação monitória, admite-se citação por qualquer dos meios permitidos para o procedimento comum.

37. Segundo o artigo 8º da Lei nº 13.105/2015, ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências _____, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do texto acima.

- (A) do bem comum
- (B) do prazo razoável
- (C) do justo
- (D) da imparcialidade
- (E) da boa-fé

38. O artigo 1.045 da Lei nº 13.105/2015 afirma que o Código de Processo Civil entrou em vigor após decorrido quanto tempo a partir da data de sua publicação oficial?

- (A) 30 dias.
- (B) 45 dias.
- (C) 6 meses.
- (D) 1 ano.
- (E) 2 anos.

39. O artigo 1.027, inciso I, da Lei nº 13.105/2015 diz que serão julgados, em recurso ordinário, pelo Supremo Tribunal Federal, _____ decididos em única instância pelos tribunais superiores, quando denegatória a decisão.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do texto acima.

- (A) os mandados de segurança, os *habeas data* e os mandados de injunção
- (B) os mandados de segurança, os *habeas corpus* e os mandados de injunção
- (C) os recursos extraordinários, os *habeas data* e os mandados de injunção
- (D) os recursos extraordinários, os *habeas corpus* e os agravos
- (E) os recursos extraordinários, os mandados de segurança e os agravos

40. Segundo o artigo 702, parágrafo 5º, da Lei nº 13.105/2015, o autor será intimado para responder aos embargos à ação monitória no prazo de

- (A) 3 dias.
- (B) 5 dias.
- (C) 8 dias.
- (D) 10 dias.
- (E) 15 dias.

41. O artigo 172 da Lei nº 13.105/2015 afirma que o conciliador e o mediador ficam impedidos de assessorar, representar ou patrocinar qualquer das partes, pelo prazo de _____, contado a partir do término da última audiência em que atuaram.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do texto acima.

- (A) 3 meses
- (B) 6 meses
- (C) 1 ano
- (D) 1 ano e 6 meses
- (E) 2 anos

42. Segundo a Lei nº 13.105/2015, artigo 319, e seus incisos, a petição inicial **NÃO** indicará

- (A) o juízo a que é dirigida.
- (B) o fato e os fundamentos jurídicos do pedido.
- (C) o pedido com as suas especificações.
- (D) as preliminares.
- (E) as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados.

43. A Súmula 735 do Supremo Tribunal Federal (STF) determina que

- (A) não cabe recurso extraordinário contra acórdão que defere medida liminar.
- (B) não cabe recurso extraordinário contra decisão proferida no processamento de precatórios.
- (C) a decisão da ADC-4 não se aplica à antecipação de tutela em causa de natureza previdenciária.
- (D) não cabe reclamação quando já houver transitado em julgado o ato judicial que se alega ter desrespeitado decisão do Supremo Tribunal Federal.
- (E) não pode o magistrado deixar de encaminhar ao Supremo Tribunal Federal o agravo de instrumento interposto da decisão que não admite recurso extraordinário, ainda que referente à causa instaurada no âmbito dos juizados especiais.

44. O artigo 1.022, inciso III, da Lei nº 13.105/2015 dispõe que cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para

- (A) possibilitar reconsideração.
- (B) corrigir erro material.
- (C) homologar fato incontroverso.
- (D) instituir arbitragem.
- (E) decretar a interdição.

45. O funcionário público, quando se apropria de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desvia-o, em proveito próprio ou alheio, comete o crime de

- (A) concussão.
- (B) peculato.
- (C) corrupção passiva.
- (D) condescendência criminosa.
- (E) excesso de exação.

46. O crime de contratação direta ilegal consiste em admitir, possibilitar ou dar causa à contratação direta fora das hipóteses previstas em lei, e é previsto com a pena de

- (A) detenção, de 2 a 3 anos.
- (B) detenção, de 4 a 5 anos, e multa.
- (C) reclusão, de 3 a 5 anos.
- (D) reclusão, de 4 a 6 anos, e multa.
- (E) reclusão, de 4 a 8 anos, e multa.

47. Segundo o artigo 108 da Lei nº 5.172/1966, em caso de ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará sucessivamente, na ordem indicada:

- (A) a equidade, os princípios gerais de direito, os princípios gerais de direito público e a analogia.
- (B) a equidade, os princípios gerais de direito, os princípios gerais de direito privado e a analogia.
- (C) a analogia, os princípios gerais de direito, os princípios gerais de direito tributário e a equidade.
- (D) a analogia, os princípios gerais de direito público, os princípios gerais de direito privado e os princípios gerais de direito tributário.
- (E) a analogia, os princípios gerais de direito tributário, os princípios gerais de direito público e a equidade.

48. Segundo o artigo 156 da Lei nº 5.172/1966, extingue-se o crédito tributário com

- (A) a transação.
- (B) a moratória.
- (C) a concessão de medida liminar em mandado de segurança.
- (D) o perdão.
- (E) o parcelamento.

49. O artigo 2º, parágrafo único, da Lei nº 8.212/1991 dispõe que as atividades de saúde são de relevância pública, e sua organização obedecerá ao seguinte princípio, **EXCETO**

- (A) acesso universal e igualitário.
- (B) descentralização, com direção única em cada esfera de governo.
- (C) atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas.
- (D) participação do terceiro setor na gestão, fiscalização e acompanhamento das ações e serviços de saúde.
- (E) participação da iniciativa privada na assistência à saúde, obedecidos os preceitos constitucionais.

50. O artigo 45-A, parágrafo 1º da Lei nº 8.212/1991, explica que o contribuinte individual que pretenda contar, como tempo de contribuição para fins de obtenção de benefício no Regime Geral de Previdência Social ou de contagem recíproca do tempo de contribuição, período de atividade remunerada alcançada pela decadência deverá indenizar o INSS em

- (A) 10%.
- (B) 20%.
- (C) 30%.
- (D) 40%.
- (E) 50%.